

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A NOVA LINGUAGEM DA QUESTÃO SOCIAL E SUA INFLUENCIA NA (RE)DEFINIÇÃO DA POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

DÉBORA SPOTORNO MOREIRA MACHADO FERREIRA¹

Resumo:

A nova linguagem atribuída à questão social abarca inúmeras interpretações da realidade que vai desde um discurso keynesiano, até um pós-moderno. Compreender como os teóricos das diversas linhas de pensamento entendem a questão social é condição indispensável à compreensão de como as políticas sociais se organizam haja vista que tal fato decorre das influências dessas concepções teóricas.

Palavras-chave: Questão Social, Políticas Públicas, Educação.

Abstract:

The new language attributed to the social question encompasses numerous interpretations of reality ranging from a Keynesian discourse to a postmodern one. Understanding how theorists from different lines of thought understand the social issue is an essential condition for understanding how social policies are organized, given that this fact stems from the influences of these theoretical conceptions.

Keywords: Social Issues, Public Policies, Education.

1. INTRODUÇÃO

Discutir as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação profissional e tecnológica de nível médio integrado ao técnico, oferecida em um Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, implica considerar, antes de qualquer análise, que estamos tratando de uma política pública específica, oferecida em uma realidade social própria e em um tempo histórico particular.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nesse sentido, essa compreensão não pode se dar descolada de uma análise de totalidade acerca desse fenômeno e de como ele participa do desenvolvimento mais amplo, pelo qual o Estado Brasileiro tem passado nos últimos anos, no que diz respeito à maneira como suas políticas estão sendo construídas, geridas e sustentadas.

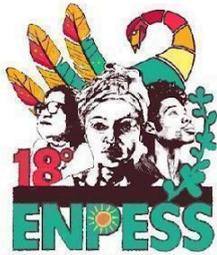
Diante de um cenário de desmonte de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, o Brasil tem, assim como o resto do mundo, sofrido com um desfinanciamento público das garantias de que a classe trabalhadora precisa para se reproduzir. Entretanto, apesar das transformações do mundo do trabalho serem uma realidade mundial, suas expressões e manifestações em solo de capitalismo desigual e combinado, como o brasileiro, não se dão sem que tal constituição se faça evidente.

Com isso, para que o sistema capitalista periférico nacional se atualize e garanta seu sustento, o mercado passa a assumir funções antes devidas ao Estado de uma maneira particular. O mercado, entretanto, não assume por um compromisso ético ou civilizatório, nem por uma dívida com a classe trabalhadora. Na verdade, assume essas funções uma vez que encontra nelas nichos de acumulação de capital. Além disso, ele se move, nessas ações, via financiamento estatal por meio do fundo público. Com isso, as políticas sociais nascem impregnadas pelo discurso burguês neoliberal, em que predomina o repasse do fundo público para o capital financeiro que assume a função de garantir a reprodução da força de trabalho de maneira ainda mais alienada sob o fetiche do empreendedorismo e da capacidade individual.

Abraçando o discurso que tem dado uma nova linguagem ao debate da questão social e de suas formas de enfrentamento, o Brasil chega, em pleno processo de redemocratização, perdendo as bases que sequer se ergueram para sustentá-lo. Ou seja, imediatamente após o movimento da constituinte, que, indiscutivelmente contraditório, abarcou boa parte das demandas da classe trabalhadora, no instante de concretização desses direitos, abstratos, legalmente instituídos, somos tomados por um contexto de desmonte e desvalorização deles.

Nesse sentido, a necessidade, posterior à aprovação da Constituição Federal de 1988, de construir, formular, aparelhar e executar as políticas que dariam materialidade a esses direitos viu-se ameaçada de sequer se concretizar. Sabemos que o movimento que se deu nessa época não aconteceu sem lutas, entretanto foi o discurso neoliberal que acabou dando “norte” aos documentos oficiais, às políticas nacionais e, com isso, à construção delas na realidade nacional.

A “novilíngua” na questão social, termo cunhado por George Orwell (2009), chegou às políticas sociais brasileiras não apenas influenciando sua gestão e operacionalização, mas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

também sua formulação, redação e idealização. Perceber essa tendência é essencial ao estudo de qualquer política social, pois muito mais do que uma questão meramente filológica, a compreensão do significado histórico, teórico e do compromisso que cada expressão assume, à medida que é incluída em determinados discursos e documentos, é um elemento essencial para entendê-la e para sermos capazes de desmontá-la quando necessário.

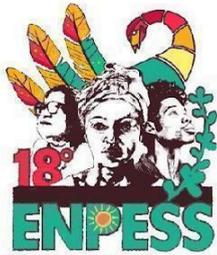
Segundo Gramsci (1999), toda relação de hegemonia é pedagógica e, nesse sentido, a escolha das expressões para a definição das políticas tem, necessariamente, uma dimensão pedagógica para garantia da hegemonia da classe dominante. Pensando na política de educação, a chegada de termos como “empreendedorismo”, “inteligência emocional”, “saberes e competências”, “itinerários formativos”, entre outros, revela uma defesa de educação desconectada com o compromisso crítico de aprofundamento teórico generalista, e sim ligado ao enfoque na nova lógica do mercado de trabalho que, cada vez mais, espera trabalhadores resilientes, conformados, envolvidos com seus objetivos individuais, capazes de se autopromoverem e independentes de um mercado que já não existe mais para abarcá-los.

A compreensão que a influência dessa nova linguagem e de como ela, chegando às políticas sociais, em especial à de educação, gera transformação na sua construção, operacionalização e até mesmo no seu compromisso com a classe trabalhadora, é essencial a qualquer debate do campo teórico crítico marxista. Isso porque, mais que elucidar e evidenciar as contradições presentes na realidade, é preciso encontrar seus pontos de sustentação e o que tem dado forma à hegemonia dominante.

A construção proposta neste ensaio pretende dar base aos estudos que posteriormente serão estabelecidos em nossa pesquisa de doutorado. Por isso, apresenta os argumentos necessários a tal aprofundamento visando compreender a construção da política de educação brasileira sob a influência do discurso neoliberal.

Para tal finalidade não poderá se furtar a apresentar o debate da nova linguagem da questão social por meio daqueles que a defendem. Nesse sentido, cumpre esclarecer que a adoção de pensadores do campo da social-democracia, do liberalismo clássico, do pensamento neoliberal e até mesmo pós-moderno é feita no sentido de que é apenas conhecendo, na fonte, o discurso que hoje, mistificado e fetichizado, compõe a formação das nossas políticas que poderemos realmente entender e perceber essas amarras que as guiam e definem.

Por esse motivo, trechos de obras de Robert Castels, Pierre Rosanvallon, e Armathya comporão nossas análises, haja vista serem autores essenciais para a compreensão de como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

essa nova linguagem da questão social chegou às nossas políticas sociais atuais. Colocar esses autores lado a lado não significa que consideramos todos dentro do mesmo campo teórico ou que desconsideramos suas importantes discordâncias, nem que igualamos suas contribuições. A utilização de suas contribuições teóricas são, entretanto, igualmente necessárias ao debate que nos propomos construir, buscando compreender as práticas pedagógicas circunstanciadas e emergidas na realidade material concreta mais ampla.

A “novilíngua” da questão social e sua influência sobre as políticas públicas brasileiras

No Brasil, por volta de 1930 a questão social e suas expressões passam a ser tratadas como uma questão de política e não apenas de polícia, perspectiva esta, entretanto, jamais abandonada por completo. Apesar de nunca perder a tônica policialesca e punitiva, o Estado passou a assumir respostas necessárias às expressões da questão social via políticas públicas.

Importa compreender também que a política não é um lado de fora do valor. Ela é um elemento constitutivo dele. A burguesia extrai mais, ou menos, valor, em função das condições políticas da classe trabalhadora. O campo da política social inscreve-se no campo de valorização do valor. Ela não controla o processo de extração do valor, ela não diminui a exploração do trabalho pelo capital, ela faz uma gestão ampliada desse processo.

Portanto, ao trazer para o campo da política a resposta às expressões da questão social, trazemos para o campo da produção e de reprodução da vida e, com isso, do valor e da acumulação. As políticas passam a integrar e compor o processo de valorização do capital. Apesar de não gerar valor, elas garantem a sua valorização e por isso compreender a linguagem que tem dado direção a elas é condição *sine qua non* para compreendê-la na atualidade.

Entre os autores clássicos que integram a contribuição do que Orwel (2009) chama de “novilíngua” da questão social, temos com destaque o social-democrata Robert Castels. Sua enorme contribuição no campo crítico (não marxista) dá-se ao conferir à questão social um perfil de desproteção social. Nesse sentido, o autor acaba trazendo o debate mais para o campo do sentimento, da abstração e da individualidade. As expressões da questão social constituem-se no que ele chama de riscos, atribuindo a essa compreensão o termo insegurança social.

Para Castels (2005), o risco divide-se em jurídico e civil, e social. Para cada um deles existe um tipo de Estado. Para o risco civil e jurídico, há o Estado de direito e para o risco social há o Estado Social. Entretanto, os indivíduos na sociedade jamais estarão totalmente seguros,

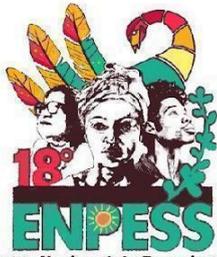
seja porque o sentimento de insegurança é tamanho que não consegue cessar, seja porque os programas de proteção jamais serão totalmente cumpridos.

Além disso, o autor entende ainda que “[...] a proteção social não é somente a concessão de benefício em favor dos mais necessitados para evitar-lhes uma decadência total. [...] ela é para todos a condição básica para que possam continuar a pertencer a uma sociedade de semelhantes” (CASTELS, 2005, p. 81). Por isso, garantir a segurança dos desprotegidos é, automaticamente, estender aos que não necessitam dela pelo simples fato de que, ao estabelecer tal garantia, evita-se que os desprotegidos se tornem classes perigosas. A questão não passa pelos valores dos salários ou pela inexistência de trabalho para todos, mas sim pela capacidade do indivíduo de se sustentar com o valor pago pelo seu salário, seja ele suficiente ou não.

É importante não perder de vista que Castels (2005) é um defensor dos direitos do trabalho, do acesso à aposentadoria e do papel do Estado na garantia da proteção dos desamparados. Entretanto, destaca, com preocupação, que os sistemas de proteção não são capazes de garantir a segurança de todos que rompem com o mundo do trabalho. Isso porque, segundo afirma, estamos diante de um dilema do ponto de vista do financiamento, uma vez que, muito em breve, teríamos uma minoria de ativos sustentando uma maioria de inativos (realizando, assim, uma espécie de previsão do momento que atualmente vivemos).

Diferente de Castels (1998 e 2005), o debate da questão social para Pierre Rosavallon (1998) passa pela afirmação de que os problemas do passado se alteraram, e o que temos hoje é uma nova questão social. Como um clássico liberal, defende que o Estado deve assumir aquelas funções que o mercado não ocupar. Para Rosavallon (1998), o debate está em termos de providência e não de direitos, e para compreender isso ele apresenta o que chama de crise do Estado providência. Como uma das maneiras de responder a essa crise, convoca a solidariedade que deve se dar inclusive no ambiente do trabalho que, uma vez dessocializado, encontrará severas dificuldades nesse objetivo.

Nesse sentido, encontramos em Rosavallon (1998) e em Castels (1998) um diagnóstico com um certo teor de realidade concreta. Ambos perceberam uma dessocialização do trabalho, uma perda dos vínculos sociais, rompendo com o que se configurou como relação social, e a instauração de uma lógica que tem como fundamento os relacionamentos de solidariedade do pós-guerra. Além disso, ambos falam da expansão dramática do desemprego como fundamento dessa nova questão social que se baseia, portanto, nas disfunções da sociedade salarial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Do ponto de vista do diagnóstico e da descrição de determinados processos em curso eles acertam, mas, contudo, as respostas vão na direção individualista de novas formas de solidariedade e de uma assistência social rebaixada, focada nas trajetórias individuais dos percursos de inserção. Sob o argumento da vitimização diante do Estado e de que não é possível dar conta de tantas vítimas a partir dele, acaba havendo, na prática, o investimento em um deslocamento para o campo da sociedade civil e da assistencialização privada.

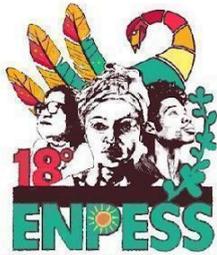
Rosavallon (1998) descreve, ainda, o desemprego e a relação salarial como inevitáveis, naturais e que acontecem de forma indelével. Uma verdadeira naturalização das forças econômicas e de mercado. Dessas mudanças resultado do desemprego permanente que implicam uma alteração do Estado Social, é necessário que ele mude. Isso porque ele não vai ter financiamento para dar conta da ruptura da relação salarial. É preciso que ele invente novas respostas que vão passar, necessariamente, pelo plano do indivíduo.

Além disso, perde-se nesse debate o uso de expressões como desigualdade, que passa a ser substituída por indiferença e a autonomia passa a ser a tônica do enfrentamento das mazelas da sociedade, entre elas aquelas decorrentes da falta de empregos e direitos básicos. Mais uma vez, evidencia-se o discurso neoliberal de individualização, fragmentação e focalização da realidade social dos sujeitos empobrecidos, deixando no âmbito da solidariedade e da iniciativa individual e autônoma a solução pontual dessas questões.

Assim, mantemos no âmbito do privado e do individual as justificativas para a “nova questão social” que, por sua vez, também deve ser respondida por esse mesmo canal. Isso porque, para Rosavallon (1998), o ideário socialista é incapaz de refletir sobre a realidade, pois, segundo entende, pensar de maneira prática, necessariamente, precisa passar pela garantia da solidariedade, elemento este tão defendido na sociedade contemporânea burguesa. Cabe aos indivíduos e a suas formas de organização solidárias dar conta do que foge ao sistema. Portanto,

A concepção tradicional do socialismo esteve associada historicamente a uma representação dualista da sociedade, que contrastava os grandes com os pequenos, burgueses com proletários, capitalistas com trabalhadores. Por ser incapaz de refletir sobre a sociedade real, em toda a sua complexidade, a esquerda não conseguiu atuar sobre ela, tornando-se a princípio prisioneira dos seus mitos. (Rosavallon, 1998, p. 78-79).

Assim, dar conta dos excluídos é uma tarefa indispensável para a garantia do desenvolvimento da sociedade. Segundo Amartyas Sen (2000), para ter desenvolvimento as principais fontes de privação de liberdade precisam ser removidas: pobreza, carência, tirania, interferência econômica, falta de serviços públicos, ausência de direitos civis etc. O



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades desfrutadas pelas pessoas, sendo ele que, por sua vez, também, promove a liberdade delas. Em uma espécie de movimento de reciprocidade, certas condições dão base para garantir a liberdade, e a liberdade garantida por essas condições permite que elas sejam construídas.

Para o autor as diversas liberdades, seja econômica, política ou social, relacionam-se fazendo com que uma permita que a outra se desenvolva. Assim, “a eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos (Sen, 2000, p. 54).

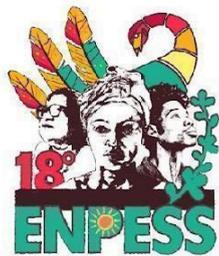
Isto posto, o desenvolvimento é tido como o progresso integrado de expansão de liberdades substantivas² interligadas. Por isso, as riquezas são úteis, uma vez que elas propiciam o alcance de liberdades que se quer obter. Para o referido autor, deve-se observar as capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam. Essas capacidades são ampliadas pelas políticas públicas que, por sua vez, são influenciadas pelo uso das capacidades participativas das pessoas.

Nesse sentido, inclusive, a condição de acesso não é o foco, pois, para Sen (2000), o que importa é o interesse do indivíduo que pode estar, inclusive, satisfeito com sua condição social, independente de ela ser cercada de privações. Uma vez decorrentes também das capacidades humanas, o discurso, reiteradamente, reforça a ideologia do *capacitismo* dos indivíduos, e suas “liberdades” associam-se diretamente a seus “interesses” e “capacidades”. Logo, a pobreza passa a ser entendida como ausência de capacidade onde a renda não tem sequer o maior peso. Fatores como idade, sexo, etnia e outros sobre os quais o indivíduo não tem qualquer controle fazem parte da definição da relação entre renda e capacidade.

Seus argumentos relativizam a pobreza, colocando-a como uma questão contextual, e são facilmente abraçados pela sociedade, uma vez que, apresentam correspondência com o movimento aparente do real e com aqueles elementos que são facilmente identificados pela sociedade em geral, sem que seja necessário qualquer esforço analítico.

Nesse sentido apesar de a contextualização conjuntural das classes ser um movimento essencial à compreensão da realidade contemporânea de cada nação, há de se esclarecer, entretanto, que ser aparentemente menos pobre diante de uma realidade de capitalismo menos

² Por liberdades substantivas entendemos da leitura da obra de Sen (2000) a soma de capacidades elementares e liberdades associadas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

avançado, do que outros grupos em capitalismo em franca expansão e desenvolvimento, não muda a condição de classe subalternizada de nenhum desses grupos.

Tal perspectiva, esclarecemos, retira da questão econômica o foco, e a desigualdade passa a ser a de distribuição das liberdades e capacidades dos sujeitos. Por isso, as políticas devem ser direcionadas para o combate às deficiências de capacidades e não de renda. Deve-se investir em políticas públicas que busquem a ampliação das liberdades dos indivíduos para que, assim, cheguemos ao desenvolvimento, também coletivo

É preciso, entretanto, permitir que o acesso a essas recompensas também seja realizado via mercado. Isso acontece porque, para Sen (2000), os custos de o Estado investir nas políticas são muito altos e os retornos baixos em comparação aos recursos necessariamente empregados. Nesse sentido, mais uma vez, temos o discurso em defesa da privatização.

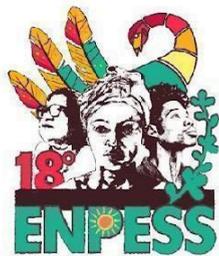
Com uma perspectiva ainda mais distinta daquela do campo do materialismo histórico-dialético, temos a argumentação pós-moderna que recebe destaque no discurso contemporâneo. Dada a sua intensa influência, principalmente desde o início do século XXI, trazemos um pouco de seus argumentos para compreendê-los e identificá-los nos espaços educacionais.

Cumpramos destacar que o discurso pós-moderno é muito mais amplo e complexo do que o que iremos apresentar neste artigo entretanto, não podemos deixar de trazê-lo, haja vista que seus aspectos estão cada vez mais presentes nas propostas da política de educação brasileira e, por assim ser, evidenciam-se nas práticas pedagógicas realizadas nos espaços educacionais.

As influências da pós-modernidade nas políticas públicas brasileiras

Quando compreendemos que o debate acerca do fim do trabalho não é apenas um processo teórico acadêmico, mas sim o que tem alimentado a maneira com o Estado constrói suas políticas públicas e conduz suas contrarreformas, percebemos que entender a construção dessa argumentação é condição primeira para sermos capazes de refutá-las consistentemente.

O que é chamado de pós-modernidade decorre de uma determinada lógica de que se tem uma aparente fluidez superficial na forma como se apresenta o capitalismo. Dada a real e incontestável compressão do espaço-tempo, própria de um capitalismo financeiro e especulativo, o conjunto das transformações ocorridas na sociedade é tão absurdo que passa a estabelecer que todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

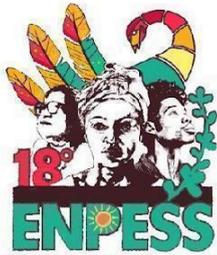
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante do ritmo frenético das mudanças que ocorrem no modo de produção e de reprodução da vida, as grandes narrativas são tomadas como incapazes de explicar uma determinada realidade atual. Defende-se pôr fim ao projeto do iluminismo, e, assim, tudo o que ele carrega perde a relevância. Para os pós-modernos, “[...] o próprio conceito de “verdade” é parte de uma bagagem metafísica que o pós-estruturalismo procura abandonar” (Jameson, 2006, p. 40). Defendem que não há como conhecer a realidade concreta por meio dessa lógica de totalidade própria do materialismo histórico-dialético, pois o máximo que podemos conhecer sobre o mundo real é a linguagem e o discurso.

Da mesma maneira, é impossível construir interesses em comum ou um tipo de consciência capaz de formar as bases para uma ação coletiva fundada em uma identidade comum e, por isso, a perspectiva de classe desaparece, cabendo focar nas identidades. Tal perspectiva identitária tem permeado a forma de organização dos movimentos sociais atuais. É preciso que essas pautas se construam para além do enfoque fragmentado de uma demanda peculiar apenas a um dado grupo que sequer possui um recorde de classe. Sendo assim, a luta identitária precisa estar marcada pela dimensão de classe e o debate da metanarrativa econômica precisa compor o campo de análise desses movimentos de identidades. Se assim não for, não passarão de causas que alimentam o moinho da pós-modernidade e enfraquecem os argumentos totalizantes. Portanto, “quem promove a ideia da flexibilidade, [...], contribui, conscientemente ou sem se dar conta, para um clima de opinião — uma condição ideológica — que enfraquece os movimentos da classe trabalhadora” (Harvey, 1993, p. 178).

Quando trazemos para o campo das políticas públicas brasileiras, em especial a da educação, percebemos que as propostas atuais, tais como a do *Novo Ensino Médio*, estão recheadas com essas concepções. Por meio de uma compreensão de que o enfoque da relação de aprendizagem está nas competências dos sujeitos e não na responsabilidade de uma construção política e pedagógica, a defesa de um ensino fluido, não integral, departamentalizado e especializado coloca-se como a salvação para uma sociedade em que o trabalho é considerado como não mais central. Logo, a formação crítica, cuja centralidade esteja no trabalho na sua dimensão ontológica, igualitária em termos do acesso de todos a todo tipo de conhecimento, generalista, ampla e não fragmentada, tem sido apresentada como obsoleta, ultrapassada e ineficaz. O mesmo argumento dos pós-modernos para desvalorizar a teoria crítica marxista.

A argumentação pós-moderna, vem sendo funcional no que diz respeito à manutenção e à propagação da hegemonia dos interesses da classe dominante. Pensando especificamente na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

política de educação e entendendo que ela colabora com a formação das ideias que movimentam o sistema, que garantem a sua reprodução, dar a ela esse compromisso e essa caracterização é fortalecer o ideário pós-moderno na definição dos rumos de todas as demais políticas.

As contribuições de todos esses autores do campo teórico da direita e extrema-direita, apesar de marcadamente distintas entre si (social-democratas, keynesianos, liberais, neoliberais e pós-modernos), apresentam um arcabouço argumentativo essencial para a análise da realidade das políticas públicas brasileiras na contemporaneidade e, nesse sentido, contribuem para uma leitura semelhante acerca da realidade. Por esse motivo, constituem-se em análises indispensáveis na medida em que compreender a construção da política de educação e seus impactos nas práticas pedagógicas exige perceber os fundamentos por trás dos discursos e ações que dão forma a essas práxis.

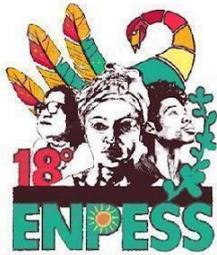
Essa compreensão, entretanto, não se dá descolada da contundente crítica que precisa ser construída, também, a partir de referenciais que contribuem para o debate no campo das políticas públicas em uma perspectiva crítica revolucionária e que, da mesma maneira, dão corpo e fundamentação às práticas pedagógicas contra-hegemônicas e à defesa das políticas públicas como elementos essenciais à garantia da emancipação política e humana.

O debate, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, do papel e da contribuição das políticas públicas no Brasil para a construção de contra-hegemonia

Pensando acerca da contribuição dos autores trabalhados anteriormente, temos que um dos problemas, é a visão do estado como neutro, quando na verdade ele é estado para gerir os negócios comuns da burguesia que tem um lugar estrutural na reprodução ampliada do sistema. Ele é parte da sua reprodução ampliada. Nesse sentido, diante das crises estruturais do capital, tem assumido posturas específicas que precisam ser analisadas com critério e crítica. Isso porque

[...] o Estado burguês se distingue de todas as formas anteriores de dominação de classe por uma peculiaridade da sociedade burguesa que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. (Mandel, 1985, p. 336).

Há uma disposição no capitalismo tardio de aumentar o planejamento econômico do Estado e a socialização estatal dos riscos. Logo, a tendência é que o Estado abarque cada vez mais os ramos produtivos e reprodutivos para que, assim, esses setores sejam capazes de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

satisfazer as necessidades do modo de produção capitalista. O Estado tem a função vital de administrar as crises que são ainda mais comuns no capitalismo tardio e, para tanto, torna-se essencial na centralização e redistribuição do excedente social. Uma vez admitindo esse papel, acaba assumindo as regras do mercado e gerenciando a produção e a reprodução da vida via políticas públicas sob os seus ditames e determinações. Logo, desenvolve-se de uma autocontradição insolúvel, sendo produto da sociedade em um dado momento histórico.

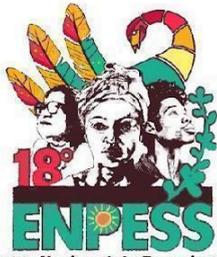
As relações de produção como poderes ligam-se às relações políticas e ideológicas que consagram, legitimam e estão presentes nas relações econômicas. A ideologia não é neutra, só existe ideologia de classe. Em vista disso, a dominante invade os aparelhos do estado que, por sua vez, assume a função de difundi-la e disseminá-la. Da mesma maneira, o poder ideológico jamais se esgota pela ação do Estado ou de seus aparelhos ideológicos (Poulantzas, 1980).

Em parte, essa contradição se resolve pelo emprego de duas estratégias (Harvey, 2006): a primeira deve expressar a aparente independência no que diz respeito à autonomia entre a vontade de dominar e as instituições que exercem esse domínio; a segunda baseia-se na capacidade que os interesses de classe têm de se transformar em um interesse geral ilusório. Porquanto, a classe dirigente universaliza seus interesses como se fosse de todos, quando na verdade as ideias da classe dirigente nada mais são do que as ideias dominantes de sua época.

A classe dirigente exerce a sua hegemonia sobre o estado por meio de um sistema político que é capaz de ter controle apenas indiretamente. E, por isso, em um sistema democrático, cabe à classe burguesa fazer concessões que não são de seu interesse econômico para manter-se na condição de dominante, sem que elas firam o que lhes é essencial.

Assim, ao transferir para a classe trabalhadora direitos e fazer essas concessões ela acaba por garantir a obediência genérica a si própria. Entretanto, essa obediência não é irrefutável e nem inquestionável ao longo do desenvolvimento histórico. Existe luta de classes. As conquistas e “concessões” feitas pela classe dominante não são apenas meras e inequívocas concessões, elas são também conquista e resultado de disputa e vitórias da classe trabalhadora. E é nesse campo que encontramos o Estado e seu aparato.

O Estado vale-se das políticas públicas para garantir o processo de acumulação capitalista e a necessária reprodução da força de trabalho. Portanto, “[...] compreender histórica e logicamente o capitalismo exige não perder jamais de vista a base da vida real, o conjunto das atividades que asseguram a reprodução da existência, objetiva e subjetivamente” (Fontes, 2010, p. 40). A produção da vida social se dá no solo da prática concreta e tem a ver com um conjunto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de relações sociais dominantes que aparecem como naturais. As práticas pedagógicas desenvolvidas no chão da escola compõem parte dessas relações e estabelecem-se como elemento crucial na construção da ideologia dominante, mas também contraditoriamente da contra-hegemônica.

Para a expansão do capitalismo, de sua acumulação e reprodução, é necessário expandir, as condições que tornam os trabalhadores ainda mais dependentes da exploração do capital, seja qual for a forma jurídica em que seu trabalho se dê. Sob essa lógica, também se inserem os trabalhadores no âmbito dos serviços, entre eles os profissionais da educação.

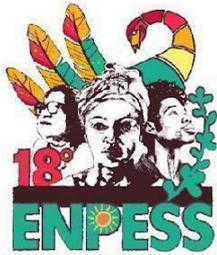
Erroneamente, cria-se um ideário pitoresco de que os educadores estão alheios às influências pós-modernas, neoliberais, conservadoras e constituem-se em revolucionários natos que sequer compõem a classe trabalhadora. Entretanto, esse é um falseamento fetichizado do real que precisa, imediatamente, ser desconstruído. Uma vez classe trabalhadora, as exigências, transformações, desproteções e ingerências sobre o mundo do trabalho no capitalismo fictício atual exercem, diretamente, impactos na condução do seu fazer profissional.

A precarização do trabalho docente, a exigência de metas e a submissão aos ditames dos órgãos de fomento – que, por sua vez, submetem-se aos interesses dos organismos internacionais –, bem como a elaboração de objetivos e estratégias em consonância com um perfil de educação subordinada – já previamente definida pelo Banco Mundial, que diretamente financia projetos educacionais nacionais –, são apenas alguns dos indicativos que as práticas desenvolvidas no chão da escola se dão em solo de inúmeras tensões.

Nesse sentido, construir práticas pedagógicas emancipatórias, cheias de uma direção crítica da realidade, com um viés de análise de totalidade e para um saber elevador da consciência de classe, é um processo que não se dá sem sofrimento, luta e organização. Precisa, para ser eficiente e produtivo (do ponto de vista de gerar resultados efetivos na organização coletiva da classe trabalhadora) se dar em conjunto, politicamente vinculado aos movimentos sociais e estudantis, aos sindicatos, a todo tipo de resistência presente na sociedade.

É preciso que a educação e os educadores saiam das salas de aula, dos muros escolares, dos debates meramente acadêmicos, da produção puramente abstrata e filosófica, do linguajar rebuscado, do pedantismo cultural (Gramsci, 2004). É preciso que o ideal revolucionário se constitua em senso comum, alcance as classes subalternizadas e construa nova hegemonia.

Para isso, a advocacia das políticas públicas precisa passar pela defesa da sua universalização. Isso porque elas se constituem na materialização dos direitos sociais, como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mediação de luta, financiadas pelo fundo público. Mas é preciso que a esquerda qualifique melhor esse debate e essa agenda dos direitos, uma vez que, no contexto da crise estrutural, é preciso ter clareza dos limites e das possibilidades da luta por direitos e pelas políticas sociais, bem como da disputa pelo fundo público.

Diante do avanço e da radicalização do capitalismo e das suas expropriações secundárias (Fontes, 2010) para manutenção dos superlucros em tempos de crise estrutural, as políticas sociais passam a se constituir como aquelas que administram a superpopulação relativa, uma vez que atuam tanto na reprodução da força de trabalho quanto incentivando a precarização do trabalho via defesa de empreendedorismos e discursos de inclusão excludentes.

Constrói-se, atualmente, a ideia de proteção social pelo empoderamento dos indivíduos que, “capacitados” com suas próprias forças, superam sua condição de ultra-explorados. Situação esta já evidenciada no discurso educacional atual de autonomia e empreendedorismo dos jovens no processo de aprendizagem, no qual eles próprios criam os trajetos educacionais que lhes interessem e melhor se adequem às suas possibilidades e capacidades.

Nesse sentido, uma vez que os direitos e a política social³ que dá forma a eles estão no campo da cidadania, logo atendem à emancipação política, eles se caracterizam ao longo da história como o máximo que a sociedade capitalista pode “permitir” ou “propiciar”, ainda que em meio a diversos ataques, sem que perca sua condição hegemônica. Logo, esse “máximo” varia geopoliticamente e historicamente e se dá também como reflexo ou resultado da luta de classes de cada povo em cada contexto histórico e social (Behring, 2021).

A política social atua, então, como uma mediação, uma vez que envolve as necessidades reais da força de trabalho e de sua reprodução. Ela não se transmuta em emancipação humana. Para que a emancipação humana aconteça, é preciso luta, é preciso movimento, pois é no contexto da luta de classes que o homem transforma sua força social em política e a saída passa, necessariamente, por um processo de revolução permanente. No contexto de agudização da exploração capitalista, no qual sequer percebemos o que seja emancipação política, é preciso abarcar elementos de transição em uma perspectiva de revolução permanente. Ou seja, é preciso que, nessa transição, sejam incluídas políticas sociais, direitos e disputa pelo fundo público para

³ De acordo com Behring (2021), a política social é [...] produto da luta de classes (portanto, marcado por contradições), se articula ao processo de acumulação como mecanismo de gestão da força de trabalho – donde é disputada por trabalhadores -, sendo financiada pelo fundo público (cuja composição como vimos, vem se fundando cada vez mais na renda do trabalho), e altera-se ao longo dos ciclos do capital. (Behring, 2021, p. 253).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que as necessidades comuns, básicas e essenciais dos trabalhadores sejam garantidas. Apesar de não serem as “reformas” que abalam o neoliberalismo, elas sequer são possíveis no âmbito do ultraneoliberalismo. Nesse sentido,

[...] a luta por reformas democráticas, na qual se incluem direitos e políticas sociais, no mundo do capital em crise, mas, particularmente, num país como o Brasil, pode significar uma fusão de contradições e a radicalização do processo fortalecendo a luta dos trabalhadores no sentido da transição para a emancipação humana (Behring, 2021, p. 267).

Isso porque não podemos deixar de considerar que “[...] os contornos da luta por direitos têm potencial explosivo e podem apontar para horizontes que colocam em xeque os limites da emancipação política” (Behring, 2021, p. 267). Entretanto, essa possibilidade apenas se constrói com a qualificação da luta dos trabalhadores e da esquerda brasileira.

Para que a luta por direitos faça sentido, ela precisa compor um projeto maior, um programa de transição dentro de um processo mais amplo de revolução permanente; tornando-a uma etapa a também ser superada. É necessário empreender forças no combate à mercantilização dos serviços e na defesa de que eles sejam assegurados via políticas públicas custeadas pelo fundo público.

É preciso dar enfoque e imprimir esforços na direção de fortalecer e universalizar aquelas políticas mais amplas que têm alcance na garantia da reprodução da força de trabalho, entre elas a educação, a saúde e a previdência, entendendo-as como pautas caras à luta pela emancipação (Behring, 2021). A batalha é por uma transição em que não haja lugar para uma cidadania pelo consumo. O discurso é por nenhum direito a menos. E, no processo de transição da emancipação política para a humana,

caberia aos socialistas [...] propor um direito que reconheça as necessidades, as possibilidades desiguais e as diferenças, no contexto de um patamar civilizatório superior quanto às condições materiais de existência, sendo asseguradas a igualdade de condições a todos e todas. (Behring, 2021, p. 268-269).

Nesse percurso, incluímos a necessidade de desvelar o papel das práticas pedagógicas, desenvolvidas no chão da escola no âmbito da política de educação como parte do processo de compreender as potencialidades existentes ali na construção de uma nova hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é ingenuamente que as políticas assumem o discurso da financeirização, não é sem propósito que a educação se torna privada e a reforma do ensino médio prevê uma formação

departamentalizada e focada no ensino “voltado aos interesses do educando”. O belo discurso de atender às particularidades, aos sonhos e aos projetos de vida individual de cada jovem vem carregado de uma fascinante ideologia que, na verdade, empobrece a formação básica geral e volta a cingir a educação em aquela destinada aos da classe dominante que prepara para gerir e controlar os que gerem e aquela destinada aos que devem permanecer dominados com um preparo medíocre para uma inserção precarizada no mundo do trabalho.

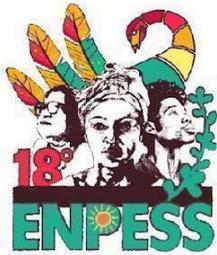
Os chamados itinerários formativos que os jovens poderão “escolher” não têm garantia alguma de oferta institucional. Além disso, dos adolescentes é retirado o direito ao estudo desinteressado, ao acesso amplo ao conhecimento, à diversificação dos conteúdos, à formação crítica ampliada. São “jogados” a uma responsabilidade precoce acerca de qual futuro seguir, à escolha de uma única área de saber e à responsabilidade sobre sua inserção no mercado de trabalho via capacitação aligeirada e precoce.

Entretanto, é inquestionável que o discurso desse “novo ensino médio” seja envolvente, pois abraça uma sociedade carente de soluções rápidas e insatisfeita com o modelo educacional vigente. Importa destacar que essa insatisfação não tinha nome nem direção específica até que se cunhou direcioná-la à formação generalista como se ela fosse o problema dos índices de evasão e dos baixíssimos números de conclusão de ensino médio existentes no país.

Sequer a discussão se deu a respeito dos investimentos financeiros na educação pública, das políticas de suporte como assistência e saúde, da garantia à moradia digna e da segurança de que os jovens das comunidades não desfrutam nos locais onde residem. O debate da educação tem se dado dentro dela mesma e as soluções para seus reais desafios, que precisam ser encarados por toda a sociedade, têm sido buscadas em seu próprio interior.

A questão da educação brasileira em si mesma nada aponta como solução. Ela carrega, nos seus dados, as mazelas de todas as demais políticas, que como ela se constituem financeirizadas, privatizadas, empresariadas e precarizadas.

Sem a discussão mais ampla da emancipação humana, sem a apropriação crítica dos movimentos de esquerda brasileira, sem o compromisso real da classe trabalhadora com a sua própria formação, essa política social, tão essencial à transformação da sociedade, permanecerá sendo moldada hegemonicamente pelos interesses burgueses de uma formação subjugada aos ditames do capital, de quadros profissionais rebaixados e amoldados à desproteção e ao conformismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Temos uma classe trabalhadora que acredita no fim do trabalho, que colabora para a perda da sua centralidade e que se identifica como empreendedora de si mesma, proletariado de si próprio e autoempresariada; cuja educação formal, por ela recebida, apenas reforça seu perfil desintegrado e fragmentado.

É preciso resistência que, impreterivelmente, só se estabelece na disputa política pelos espaços de construção e de formação dessa luta. Espaços esses que têm na política educacional a possibilidade de que ela se estabeleça como um essencial e importante aliado. Essa constituição, entretanto, precisamos lembrar, não se dará sem disputa. As práticas pedagógicas ali desenvolvidas, no chão da escola, evidenciam os elementos que constituem essa disputa. Portanto, não nos furtemos! Olhem para elas!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Uma Crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A Insegurança Social**. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo** – teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 11. Introdução ao estudo da filosofia. Introdução e seções I e II. *In*: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Escritos Políticos**. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

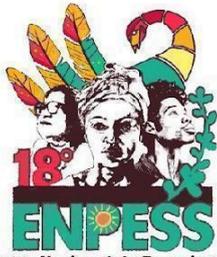
HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 7ª. Edição. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo** – a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

POULANTZAS, Nicos – **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social**: Repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.